



Foto: Assembleia Sindsep-AM

Empregados da Conab aceitam proposta de ACT mediada pelo TST

Assembleias realizadas por todo o país definiram que a maioria absoluta dos empregados da Conab aceita proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) mediado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). A resposta já foi protocolada na tarde de quinta-feira (11) pela Fenadsef, legítima representante da categoria, junto ao Tribunal. A entidade aguarda agora convocação do TST para que possa ser homologado e firmado o acordo com a empresa.

Entre outras coisas, a proposta prevê para reajuste 100% do INPC acumulado no período de 1º/09/2016 a 31/08/2017 sobre salários e benefícios, além de 60% do índice do INPC acumulado no período de 1º/09/2017 a 31/08/2018 sobre os salários e benefícios. A referência para aplicação dos índices será o salário em 1º de setembro de 2018. Entre outras cláusulas, há também a previsão de um abono indenizatório no valor de R\$ 1.100,00 para os empregados.

A única cláusula rejeitada, por recomendação da Fenadsef, trata de um modelo de custeio sindical. Significa que os trabalhadores teriam que autorizar o desconto em folha de 50% de um dia trabalhado. A Fenadsef e suas filiadas são contra a cobrança compulsória de imposto sindical e defendem a livre organização da categoria com contribuições espontâneas em torno das entidades legítimas que lhes representam.

Fonte: Condsef

Eleição de Bolsonaro seria "regressão terrível"

A democracia no Brasil está em risco, diz Thomas Piketty, autor do livro "O Capital no século XXI". Militar, homofóbico e machista, o candidato também é contrário a políticas sociais e não gosta de pobres, lembra o economista francês, citando seu programa de governo.

Bolsonaro, diz, "surfa na nostalgia da ordem do homem branco, em um país onde os brancos não são mais maioria". A população branca ainda representava 54% dos brasileiros em 2000, destaca. Segundo ele, diante das condições "duvidosas" da destituição da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, e do impedimento da candidatura de Lula, em 2018, a eleição no Brasil pode deixar "traços terríveis".

Ausência de reforma

Em sua análise, Piketty também cita pontos positivos do governo

do PT, como o aumento do salário mínimo, a criação do Bolsa Família e a retomada da economia acompanhada da queda da pobreza. Cita ainda a implantação de mecanismos de acesso preferenciais às universidades para as classes populares e para os negros.

O PT, entretanto, não realizou a reforma do sistema eleitoral, o que tornou inviável o combate à diminuição fiscal estrutural. Piketty dá como exemplo o imposto indireto que pode chegar a 30% nas faturas de eletricidade, enquanto a taxa sobre a herança é de 4%. O efeito, diz, é que desta forma a queda da desigualdade se torna o ônus da classe média, e não dos mais ricos.

De uma maneira mais ampla, hoje, no mundo, explica Piketty, o campo progressista, que no passado lutou para aplicar reformas políticas, sociais e fiscais, se recusa a organizar um debate sobre a democratização

das instituições europeias, americanas ou brasileiras. Mas ele lembra que a democracia não pode ser salva se "o monopólio da ruptura do sistema" ficar nas mãos de reacionários como Bolsonaro.

Democracia frágil

O economista também lembra que foi somente com a reforma constitucional de 1988 que o voto se tornou um direito de todos os cidadãos no Brasil. Até então, analfabetos não tinham direito de votar.

Segundo Piketty, a eleição de Lula em 2002, com 61% dos votos no 2º turno, ele que recebia críticas constantes por sua falta de diploma, marca a entrada simbólica do país na era do voto universal. Um país, diz o economista francês, que tem uma democracia recente, frágil, e que atravessa uma grave crise.

Fonte: carta Capital

STF reafirma direito da gestante. Já Bolsonaro diz que contratar mulher é caro

Enquanto o Supremo decide garantir à mulher que engravida o direito constitucional à estabilidade, Bolsonaro fala que contratar mulher custa muito para os empresários

Os ataques aos direitos trabalhistas, em especial aos das mulheres, fizeram uma empresa questionar até um direito previsto na Constituição brasileira. A empresa contestou a concessão a estabilidade do emprego de uma trabalhadora que descobriu a gravidez após ser demitida.

Em decisão praticamente unânime, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por 8 a 1, na última quarta-feira (10), que a gestante tem, sim, o direito de ter estabilidade a partir da confirmação da gravidez, e não somente após a comunicação ao empregador.

Mulheres e a economia

Bolsonaro disse no começo do ano, em entrevista ao Zero Hora, que não é justo a mulher ganhar igual ao homem, já que ela engravida.

Para a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Juneia Batista, além do machismo institucional, esta posição de Bolsonaro mexe diretamente com a economia do país e exclui milhares de mulheres do mundo do trabalho.

As mulheres são a maioria da população, estudam mais e ganham 42% menos do que os homens. Essa desigualdade entre homens e mulheres prejudica a economia nacional, de acordo com pesquisa da Insuper.

STF constata direito já existente

Para Juneia, a decisão do STF “é uma constatação do que já tínhamos na legislação trabalhista, na Constituição Federal de 1988 e de

vários acordos internacionais, como a convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da eliminação de toda forma de discriminação no trabalho por motivos de raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, e promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento”.

De acordo com a Constituição, lembra Juneia, é “vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto”.

Direito é fundamental para saúde

Segundo a diretora executiva da CUT, Juliana Salles, a estabilidade da gestante é fundamental para a saúde da mãe e do bebê. Como médica, ela diz que uma trabalhadora que engravida precisa de suporte emocional e físico para que possa lidar com a transformação do corpo e de sua vida.

“Ela precisa desta tranquilidade econômica de poder contar com o salário para manter seu filho e até mesmo a gestação. O risco de estresse de não ter condição de sustentar o filho, pode causar transtornos piores para a mãe, complicação na gestação e até na vida desta criança”, alertou Juliana.

Contratos alternativos não garantem direito de estabilidade

Os novos contratos de trabalho que a reforma Trabalhista garantiu para os empresários, como intermitente, autônomo e o temporário não garantem o direito da estabilidade da gestante para as trabalhadoras. Também existem profissões que não têm vínculos empregatícios e são consideradas liberais, como é o caso de médicas.

É uma profissão que geral-

mente é terceirizada ou pessoas jurídicas (PJs) ou autônomas. Juliana disse à reportagem do PortalCUT que ela tem várias colegas de trabalho que passam por problemas com a gestação ou com os próprios bebês por não terem esses direitos garantidos. Ela contou a própria experiência com a primeira gravidez.

“Ele não ganhava peso e meu desespero era ele nascer fraquinho e ter complicações por causa disso. Como mãe gerou uma ansiedade grande de não ter feito o melhor para o meu filho. Foi só eu ficar de repouso que ele se recuperou. Com os nove meses de idade ele já tinha o tamanho que precisava ter”, contou Juliana.

Sindicatos também podem garantir direitos

Uma alternativa de algumas categorias é colocar o direito de estabilidade das gestantes na Convenção Coletiva ou no Contrato de Trabalho, negociados entre sindicatos e empresas. Segundo Juneia, é fundamental ter mulheres na direção dos sindicatos para que elas possam representar os direitos femininos nas mesas de negociação.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo é um exemplo. As bancárias conquistaram uma ampliação da estabilidade no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

“Só com mulheres no movimento sindical é que iremos garantir estes e outros direitos específicos para as mulheres, porque são elas que vivem esta realidade. As trabalhadoras precisam estar nas mesas de negociação para a desigualdade entre homens e mulheres acabarem”, destacou a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT.

Fonte: CUT